

O Ensino de Desenho e Geometria na Escola Primária da Bahia (1895-1927)

Márcio Oliveira D'Esquivel

Claudinei Camargo Sant'Ana

Irani Parolin Santana

Introdução

O processo de escolarização do desenho e da geometria para o ensino primário no Brasil remonta as primeiras décadas do século XIX (VALENTE, 2012). Entretanto, a institucionalização no corpo das leis e as consequentes proposições de modificações curriculares, bem como as publicações de livros didáticos e suas implicações nas práticas escolares, irão ocorrer de formas distintas nos estados nacionais, uma vez que submetidas a condições históricas culturais distintas, também distintos foram os processos de significação escolar destas disciplinas (CHARTIER, 1990). A geometria cuja manifestação como conhecimento escolar, aparece ligada a prática da agrimensura, gradativamente encontra no ensino do desenho sua versão escolarizada (VALENTE, 2012). O casamento entre o desenho e a geometria, no entanto, entra em declínio já no início do século XX, quando estas disciplinas começam a figurar nos programas escolares separadamente com conteúdos e práticas distintos (SILVA, 2014).

Interessa-nos para o trabalho em questão, entender: De que maneira estas disciplinas foram se constituindo historicamente como saber a ser ensinado no curso primário baiano? Quais fatores concorreram para a inclusão, supressão ou permanência de conteúdos nos programas dessas disciplinas? Como as interpretações das concepções pedagógicas vigentes em cada período, definiram propostas de práticas para o ensino dessas disciplinas? Qual a relação entre o processo histórico de constituição do desenho e da geometria na Bahia como saber escolar, e o desenvolvimento dessas disciplinas em outros estados do Brasil.

O desenho e geometria nos programas oficiais do estado da Bahia

Na Bahia republicana do final da última década do século XIX, mais precisamente no ano de 1895, com a Lei de 24 de agosto de 1895 e o Ato 4 de outubro de 1895, começa a figurar nos programas oficiais para a escola primária a expressão “geometria” para designar uma prática escolar que se diferenciaria do ensino do desenho. Tal constatação aponta para o início, pelo menos no teor das leis, do entendimento institucional do duplo papel da geometria: Ora como instrumental para o desenho, ora como conteúdo específico. São representativas desse fato, as descrições dos conteúdos definidos para os programas das escolas primárias elementares do período. Segundo a lei, para o ensino do desenho, dentre outros conteúdos, definia-se¹:

Desenho linear. Traçado das linhas rectas; sua divisão em partes eguaes; angulos, triangulos e quadrilateros; sua avaliação. Representação e avaliação dos volumes. Desenho á mão levantada, por modelos e copias. Noções de desenho geometrico. (BAHIA. Ato de 4 de outubro de 1895, Art. 114).

e para o ensino de geometria, a título de exemplo, eram conteúdos a serem ensinados na escola primária elementar, definidos em lei:

Geometria plana começando pelo estudo pratico e intuitivo dos corpos para dahi inferir a idéa abstracta das superficies, e suas fórmás geometricas e deduzir- se a da linha e do ponto. Posição das rectas em relação a si e em relação á circumferencia. Polygonos e circulo. Medida commum das rectas, dos arcos e dos angulos. Rectas proporcionaes entre si e em relação ao circulo. Medida dos laços do polygono, de suas areas, da circumferencia e da area do circulo. Construccões e exemplos accommodados ás artes e officios. Este curso é exclusivamente pratico. (BAHIA, Ato de 4 de outubro de 1895, Art. 114).

Entretanto, fato relevante para o estudo em questão, refere-se à constatação da ausência, nas leis publicadas entre 1895 e 1925, da geometria como conteúdo específico dos programas oficiais para escola primária². A Geometria, só voltará a figurar como conteúdo a ser ensinado nas escolas primárias da Bahia no ano de 1925, com promulgação da Lei nº 1.846 de 14 de agosto de 1925, trinta anos depois. Na ocasião, exercia o cargo

¹ Nas citações dos documentos e leis da época as regras ortográficas do período foram mantidas

² Entre 1895 e 1925 foram publicadas as seguintes leis e decretos relacionados a instrução pública primária: Lei nº 579 de 3 de outubro de 1904 e Decreto nº 281 de 5 de dezembro de 1904; Lei nº 1006, de 6 de setembro de 1913 e Decreto nº 1354, de 20 de janeiro de 1914; Lei nº 1.293, de 9 de novembro de 1918 e o Decreto nº 1.994 de 26 de maio de 1919.

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

de Diretor Geral de Instrução Pública da Bahia, o recém-formado advogado Anísio Spínola Teixeira³. Sua indicação e exercício da função de diretor de instrução pelo período de 1924 a 1928 se deu em um contexto social de renovação da política baiana (MENEZES, 1998).

A partir do diagnóstico de precariedade do ensino público primário na Bahia, o governo do estado inicia um processo de reformulação da educação baiana. A promulgação da Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925 e do Decreto nº 4312 de 30 de dezembro de 1925, a primeira reformando a instrução pública no estado e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal, são os instrumentos legais que intentam a mudança pretendida.

Os conteúdos propostos para o ensino de geometria e desenho na escola primária voltam a figurar nos programas oficiais. O documento intitulado Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia, publicado pelo Conselho Superior do Ensino, é distribuído às escolas públicas elementares. Nele constam indicações detalhadas dos conteúdos e modos de abordagem previstos para cada disciplina a ser ministrada no ensino primário no Estado. A título de exemplo, são ilustrativas as orientações para o ensino de geometria no primeiro ano primário da escola elementar:

O ensino da geometria deve ser ministrado de um modo intuitivo e pratico. Não existe estudo mais fácil quando seja feito com clareza e logica [...] Conhecimento pratico dos solidos – cubos, espheras, cylindros, prismas, etc. Do exame pratico dessas figuras retirar intuitivamente com a creança a noção das figuras geometricas – linha, superficie, volume [...] (Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia, 1925).

Dos desafios impostos ao proposito do governo do estado da Bahia de reformar sistema de ensino baiano, o mais imediato se refere logicamente, ao de resolver o problema da ausência de professores qualificados para o exercício da docência. É neste contexto que a Lei nº 1846 institui os Cursos de Férias. A análise do conteúdo das

³ Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetitê na Bahia em 12 de julho de 1900. Estudou no Instituto São Luís na cidade em que nasceu e no Colégio Antônio Vieira em Salvador, ambas jesuíticas. Bacharel em Direito, Anísio recebe o convite do Governador Góes Calmo para assumir em 1924 a Direção da Instrução Pública do estado da Bahia, cargo que exerce até 1928. Neste período intenta uma ampla reforma na educação: baiana: reorganiza sistema escolar urbano e rural, cria e regulamenta o funcionamento das escolas normais no interior do estado, institui cursos de capacitação profissional para o professorado primário. (MENEZES, 2001)

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

conferências ministradas no Curso de Férias do ano 1927, publicadas na edição especial da Revista do Ensino da Bahia, se não nos autoriza inferir como o desenho e a geometria eram ensinados na escola primária na Bahia, permiti-nos ao menos analisar as pretensões reformistas do governo para estas disciplinas.

O Curso de Férias e as propostas para o ensino de desenho e geometria

O espírito que orientou as abordagens das conferências ministradas no Curso de Férias proferidas aos professores primários, pode ser sintetizado na fala de abertura do Diretor de Instrução Pública do Estado:

Nosso ensino deve ser pela acção, ensino activo, para que a escola seja educativa; para isto os exercícios escolares não devem ser mecânicos ou de simples memorisação, mas vivos, experimentaes, productivos; [...] O ensino deve ser prático, concreto e preparador, tanto quanto possível de uma profissão futura para o escolar. (Curso de Férias, 1927, p.24).

Assim, estes também, se constituíram como pressupostos para o ensino do desenho e da geometria para escola primária. As orientações para este ensino figuram nos anais do Curso de Férias em duas conferências, respectivamente: O ensino de desenho na escola primária, ministrada pelo Professor Arthur Mendes Aguiar⁴ e O Ensino de Matemática na Escola primária, ministrada pela professora Julia Leitão⁵.

Compreende-se neste trabalho de pesquisa que as orientações propostas para o ensino de desenho e geometria na Bahia, não significam necessariamente sua aplicação na escola primária, ou mesmo sua apropriação pelos sujeitos que compõem o ambiente escolar, mas inegavelmente compõem, junto com estes e outros elementos, o cenário educacional da época. (CHERVEL, 1990; JULIA, 2001)

Para justificar a adoção de uma prática pedagógica que fosse coerente com as determinações legais, Artur Mendes Aguiar, apresenta três métodos, segundo os quais o ensino de desenho vinha sendo praticado: os métodos de Ravaisson, Guillaune e Berthier.

⁴Arthur Mendes de Aguiar, lente catedrático efetivo da Escola Normal da Capital, foi nomeado Diretor da Escola Normal de Feira de Santana em 1927, participante efetivo das reformas educacionais ocorridas no período.

⁵Julia Leitão, professora primária do Educandário Sagrado Coração de Jesus, colégio religioso baiano só para meninas. Ministra conferencia sobre o ensino de aritmética e geometria no curso de férias a convite do Diretor de Instrução Pública do Estado, Anísio Spínola Teixeira.

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

Tece em seguida críticas as suas abordagens: Sobre o primeiro, pesaria o fato de ser este, contra a iniciativa do aluno. Sobre o segundo, método de Guillaunne, ou método clássico, embora não o condene completamente, acusa-o de disseminar entre os professores a falsa idéia que entende desenho como sinônimo de geometria.

Por fim ao analisar o método do Berthier ou método natural do desenho, por entender que este, ao secundarizar o papel ocupado pela geometria, valorizaria assim a intuição infantil, aponta-o como mais próximo das orientações legais para o ensino dessa disciplina no estado, conforme confirma seu discurso em trecho da conferência proferida:

O que é que o menino desenha espontaneamente, quando se apodera de um lápis? Serão figuras geométricas? Não, ele desenha casas, animais, homens, carros, arvores, etc. Assim é por ahi que se deve começar este ensino, para depois chegar ao desenho geométrico. (Curso de Férias, 1927, p.74).

A exposição sobre as qualidades e limitações dos métodos disponíveis para o ensino de desenho, teve um duplo objetivo: primeiro o de definir o lugar do ensino de desenho na escola primária na reforma educacional em andamento na Bahia, e em um segundo momento, o de apresentar e defender o chamado Método Americano, cuja inspiração forjou o programa de ensino de desenho da escola primaria de então. Sua utilização é referenciada pela obra “Methodos Americanos de Educação Geral e Technica” de Omer Buyse. Esta obra não só foi orientadora das práticas educacionais para o ensino do desenho, mas sobretudo, se constituiu em diretriz para as ações educacionais no novo cenário baiano. Assim, no programa proposto para o ensino de desenho, fica estabelecido, por exemplo, que no 1º ano da escola elementar deveria-se ensinar:

Desenho a mão livre, de memoria e de imaginação. Plantas e paisagens. Recorte da silhueta das arvores. Estudo graphico das silhuetas. Coloração a lapis. (Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia, 1925).

Com o desaparecimento dos temas da geometria nos programas de desenho na reforma educacional de 1925, estes começam figurar de forma “independente”, como matéria a ser ensinada. Neste contexto, é preciso, no entanto que seu ensino se adapte a nova ordem de reformas no estado da Bahia. Como fazê-lo de forma que atendesse as prescrições da escola ativa postas em andamento para o ensino primário? Julião Leitão, em seu colóquio aos professores primários no Curso de Férias, sobre o ensino de

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

geometria, esclarece:

Todas as matérias ensinadas na escola primárias se prestam ao ensino activo: mas se alguma delas toma lugar saliente nessa associação bem fazeja do estudo e da atividade tal lugar compete á Geometria. Ensinando-a, devemos auxiliar a representação mental do objeto que constitue o assumpto da aula, pela intuição bem feita e bem compreendida, ao mesmo tempo em que estimulamos a iniciativa pessoal dos alumnos, pedindo-lhes que fabriquem solidos, desenhem planos geometricos [...]. (Curso de Férias, 1927, p.319).

e prossegue sugerindo ações aos professores:

Neste ensino elementar pode-se proceder por meio de interrogações [...] Qual o comprimento desse lado? Qual a mais cumprida dessas duas linhas? Quantas vezes o comprimento é maior do que a largura? Eis ahi questões as quaes toda resposta é susceptível de verificação immediata; nunca porem, lhes pergunteis que é aresta de um cubo? Que é altura de uma pyramide? Que é a base de um cone? Que é a geratriz de um cylindro? [...]. (Curso de Férias, 1927, p.320).

Caminhos para pesquisa

A análise das transformações curriculares sofridas pelas disciplinas de desenho e geometria, no período compreendido entre as duas reformas educacionais implantadas na Bahia nos anos de 1895 e 1925, permiti-nos compreender como se deu o processo histórico de constituição dessas disciplinas como saberes escolares para escola primária baiana, bem como nos possibilita ainda, identificar sua relação com outras reformas ocorridas no Brasil.

Referências

BAHIA, Diretoria de Instrução Publica; TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/relatorio.html>. Acesso em 15 fev. 2014.

BAHIA, Diretoria de Instrução pública; TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/programa.html>. Acesso em 15 fev. 2014.

CHERVEL, André. **A história das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa**. Porto Alegre. Teoria & Educação. N.2, 1990.

CURSO DE FÉRIAS. **Revista do Ensino**. Anno III, Bahia, 1927.

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

ELISABETE, Conceição Santana. Jaci Maria Ferraz de Menezes et. al. (org.) **A construção da escola primária na Bahia: Guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930**. Salvador: EDUFBA, 2011.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Campinas - SP: SBHE, n. 1 p. 9- 44, 2001.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de Menezes. **Anísio Teixeira, secretário de educação, ou: Por que não se democratiza a educação na Bahia?** In: Educação na Bahia- Coletânea de Textos. Coleção Memória da Educação na Bahia. Salvador: Ed. Da Uneb, 2001.

SILVA, Maria Célia Leme. **Desenho e Geometria na Escola Primária: Um casamento duradouro que termina com separação litigiosa**. In: Revista História da educação (online), v.18, n. 42, p. 61-73. Jan/abr. Porto Alegre – RS. 2014.

VALENTE, Vagner Rodrigues. **Tempos de Império: a trajetória da geometria como saber escolar para o curso primário**. In: Revista Brasileira de História da Educação. v.12. n. 3(30), p. 73-94. Set/dez. Campinas- SP. 2012.